

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| Agradecimentos .....  | IX |
| Lista de Quadros, Gráficos e Tabelas .....  | XV |
| Apresentação.....   | 1  |
| Prefácio.....   | 7  |
| 1 Introdução.....   | 11 |
| 2 Direito Fundamental à Saúde.....  | 21 |
| 2.1 A saúde como direito fundamental<br>para a dignidade humana .....   | 22 |
| 2.2 Características da fundamentalidade<br>do direito social à saúde .....                                      | 28 |
| 2.2.1 A saúde como direito positivo:<br>distinções (ir)relevantes para o Estado .....                           | 29 |
| 2.2.2 Dimensão subjetiva e objetiva dos<br>direitos fundamentais sociais.....                                   | 35 |
| 2.3 O dever do Estado diante dos princípios<br>constitucionais que regem o direito<br>fundamental à saúde ..... | 46 |
| 2.3.1 Princípios organizativos .....  | 54 |
| 2.3.2 Princípios doutrinários .....   | 59 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3 O Conteúdo do Direito à Saúde: Elementos que Preenchem e Limitam .....</b>  | <b>71</b>  |
| 3.1 A intercessão entre o conteúdo do direito à saúde e os determinantes sociais .....   | 72         |
| 3.2 Da natureza jurídica de princípio às condições de exigência.....   | 78         |
| 3.3 As peculiaridades do conteúdo de um direito fundamental social e as consequências para sua eficácia, efetividade e aplicabilidade .....  | 86         |
| 3.3.1 Os reflexos da escassez na garantia do direito à saúde .....   | 92         |
| 3.4 O postulado da proporcionalidade como proibição da insuficiência para a preservação do direito à saúde .....   | 103        |
| <b>4 A Formação de Políticas Públicas e a Interferência do Poder Judiciário na Saúde Brasileira: uma Análise da Postura do Judiciário e seus Reflexos na Esfera Política .....</b> | <b>111</b> |
| 4.1 Definição de políticas públicas na função estatal: existem conteúdos e procedimentos exclusivos para sua caracterização?.....  | 112        |
| 4.2 Políticas públicas em saúde: diretrizes e planejamento .....   | 120        |
| 4.3 A intervenção judicial nas políticas públicas da saúde: parâmetros legitimadores .....   | 128        |
| 4.3.1 Argumentos contrários e favoráveis ao controle jurisdicional de políticas públicas.....  | 130        |
| 4.3.2 Análise crítica do paradigma do ativismo judicial .....  | 139        |
| 4.3.3 Análise crítica do paradigma da autocontenção judicial .....   | 143        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>5 Os Reflexos da Judicialização da Saúde no Acesso</b>     |     |
| <b>Igualitário a Políticas Públicas: a Questão dos Leitos</b> |     |
| de UTI no Estado do Ceará.....                                | 155 |
| 5.1 A judicialização faz bem à saúde?                         |     |
| A posição dos Tribunais .....                                 | 156 |
| 5.2 O princípio da igualdade versus o furo                    |     |
| judicial de fila: acesso igualitário para quem?.....          | 171 |
| 5.2.1 O princípio da igualdade .....                          | 172 |
| 5.2.2 As consequências de concessões judiciais de             |     |
| leitos de UTI em demandas individuais:                        |     |
| problema do “fura fila” no estado do Ceará .....              | 177 |
| 5.3 A priorização das demandas coletivas                      |     |
| como contribuição para o acesso igualitário                   |     |
| a internações em UTI no estado do Ceará.....                  | 189 |
| 5.3.1 Ação Civil Pública no combate à inércia                 |     |
| estatal cearense na construção e                              |     |
| disponibilização de leitos de UTI .....                       | 200 |
| <b>6 Considerações Finais.....</b>                            | 215 |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>                       | 227 |